Prezados Senhores, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas da Fundação, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

CONSELHO DE CURADORES

Dr. Shigeaki Ueki - Presidente | **Dr. Sílvio Álvares Penteado Neto** - Presidente Honorário | Vice-Presidente

Dr. Abram Abe Szaman | Dr. Antônio Delfim Neto | Dr. Fabio Penteado Ulhôa Rodrigues | Dr. Jésus de Lisboa Gomes | Dr. Mauro de Salles Aguiar | Dra. Regina Célia Esteves de Siqueira | Dr. Roberto Rodrigues | Dr. Kazuo Watanabe

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Expressos em milhares de reais)

ATIVOS

	Nota Explicativa	31/12/2015	31/12/2014
Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	3	9.030	6.830
Aplicações financeiras vinculadas	4	1.487	1.435
Anuidades a receber - líquidas	5	4.388	3.020
Outros créditos e valores		332	305
Despesas antecipadas		374	242
Total dos ativos circulantes		15.611	11.832
Não Circulantes			
Anuidades a receber - líquidas	5	859	788
Depósitos judiciais	10	646	358
Precatório a receber	6	1.215	1.175
Intangível	7	95	78
Imobilizado	7	39.271	39.669
Total dos ativos não circulantes		42.086	42.068
Total dos Ativos		57.697	53.900

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota Explicativa	31/12/2015	31/12/2014
Circulantes			
Fornecedores		893	435
Impostos, encargos e contribuições a recolher	8	1.464	1.351
Contribuições sociais a recolher	9	1.250	1.136
Anuidades e contratos recebidos antecipadamente		1.425	1.625
Provisão para férias e encargos sociais		2.029	1.926
Outras contas a pagar		288	229
Total dos passivos circulantes		7.349	6.702
Não Circulantes			
Contribuições sociais a recolher	9	3.107	3.986
Provisão para riscos e processos judiciais	10	1.391	1.144
Contratos recebidos antecipadamente		236	316
Total dos passivos não circulantes		4.734	5.446
Patrimônio Líquido			
Patrimônio social	11 a)	45.771	45.771
Reserva de reavaliação	7 e 11 b)	2.257	2.322
Déficit acumulado		(2.414)	(6.341)
Total do patrimônio líquido		45.614	41.752
Total dos Passivos e Patrimônio Líquido		57.697	53.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores em milhares de reais - R$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado FECAP ("Fundação") é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída em 1923. A Fundação é mantenedora do Colégio FECAP e do Centro Universitário FECAP e tem como objetivo proporcionar e divulgar no País o ensino comercial em todos os seus ramos e graus, cultivando as ciências econômicas, contábeis, administrativas e outras afins ou conexas. A Fundação tem prazo de duração indeterminado e sua extinção só poderá se verificar nos casos previstos em lei, por deliberação unânime de todos os membros do Conselho de Curadores, em reunião especial e regularmente convocada para esse fim. Em caso de extinção, seu patrimônio, ou o produto dele, será destinado à entidade congênere sem finalidade lucrativa, a qual deverá aplicá-lo, integralmente, na difusão do ensino do comércio e ciências afins, e a ele será ligado, indissoluvelmente, o nome do Conde Antônio de Álvares Leite Penteado. Na ausência de entidade congênere, o patrimônio será destinado ao Poder Público, exceto o imóvel do Largo de São Francisco, 19, que voltará, com todos os seus melhoramentos, benfeitorias e acréscimos, seja qual for a procedência, ao domínio dos doadores ou de quem, em qualquer tempo e em qualquer grau de relação jurídica, representar a sucessão do Conde Antônio de Álvares Leite Penteado. Para a administração de suas atividades, a Fundação possui a seguinte estrutura: **a)** O Presidente Honorário, representante da família do Conde Antônio de Álvares Leite Penteado. **b)** O Conselho de Curadores, composto pelo Presidente Honorário, como membro nato e vitalício, e por nove membros, sendo oito membros eleitos pelos próprios membros do Conselho para mandato de cinco anos, podendo ser reeleitos e um membro indicado pelo Conselho Universitário – CONSUNI, dentre os seus membros efetivos, com duração de mandato simultâneo àquele exercido pelo CONSUNI. **c)** O Conselho Fiscal, composto por três membros, sendo pelo menos um deles diplomado em Ciências Contábeis, Economia ou Administração de Empresas, eleitos e empossados pelo Conselho de Curadores, com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos. **d)** A Superintendência Executiva, composta por dois integrantes: Superintendente Geral e Superintendente Adjunto, eleitos e empossados pelo Conselho de Curadores, podendo ser reeleitos. Os membros da Superintendência Executiva poderão ser, a qualquer tempo, destituídos ou dispensados pelo Conselho de Curadores. **e)** As unidades de ensino FECAP - Colégio e Centro Universitário. **f)** Os órgãos de apoio, consultoria e assessoria. A administração superior da Fundação é da competência do Conselho de Curadores, a fiscalização das contas é atributo do Conselho Fiscal e a gestão e supervisão das unidades de ensino e dos órgãos de apoio, consultoria e assessoria são de responsabilidade da Superintendência Executiva. A Fundação é imune do pagamento de tributos, exceto quanto às seguintes incidências sobre folha de pagamento: Seguro de Acidente de Trabalho - SAT, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Programa de Integração Social - PIS. A Fundação, a partir de 2005, aderiu ao Programa Universidade para Todos - PROUNI, instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005. A Fundação, a partir de março de 2011, inaugurou nova unidade de ensino, Campus Pinheiros, localizada na Rua Artur Azevedo, 1.633, Pinheiros, São Paulo, onde oferece inicialmente cursos de pós-graduação. **1.1 - Evento importante -** Em 20 de outubro de 2012, a Controladoria da FECAP entregou aos Membros da Comissão de Tomada de Contas da Instituição relatório informando possíveis irregularidades na Administração Superior da Entidade, envolvendo o Presidente do Conselho Curador, o Superintendente Geral e outros funcionários, o qual foi encaminhado a todos os Membros do Conselho Curador da Instituição e ao Dr. Curador de Fundações do Ministério Público do Estado de São Paulo. A partir de então, foi instaurado o Inquérito Civil nº 03/2012. A inicial da Ação Civil Pública foi encaminhada para o MM. Juiz de Direito da 23º Vara Cível do Foro Central da Capital, em 29 de agosto de 2014.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, especificamente a NBC T 10.19, relativa a entidades sem fins lucrativos. **2.2. Base de elaboração** - As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3. Principais práticas contábeis** - Uso de estimativas: A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer a elaboração de estimativas e a consideração de premissas por parte da Administração da Fundação que afetam os valores dos ativos e passivos apresentados nas datas das demonstrações financeiras, bem como os valores das receitas e das despesas dos exercícios apresentados. Embora essas estimativas tenham como base o melhor conhecimento disponível dos Administradores da Fundação com relação a eventos presentes e futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As contas que usualmente requerem o uso de estimativas são: (a) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (b) vida útil estimada do imobilizado; (c) crédito de precatório - estimativa para redução ao valor de mercado; d) estimativa do valor de mercado do imobilizado para fins de teste de valor recuperável dos ativos - "*impairment*"; e (d) provisão para riscos e processos judiciais. A Fundação revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente. **a) Moeda funcional e de apresentação** - As demonstrações financeiras da Fundação são apresentadas em real (R$), que é a moeda funcional e de apresentação. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem os montantes de caixa, saldos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação, principalmente fundos de investimento. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, que equivalem aos seus valores justos no encerramento do exercício. **c) Anuidades a receber e demais créditos** - Registrados e mantidos nas demonstrações financeiras por seus valores nominais, ajustados, quando necessário, pelos seus valores de realização e classificados no circulante e não circulante com base na expectativa de realização inferior ou superior a 12 meses. **d) Provisão para anuidades de recebimento duvidoso -** Constituída em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das anuidades e dos demais créditos a receber, com base no histórico existente. **e) Precatório a receber** - Decorrente de decisão judicial transitada em julgado, originário dos autos nº 0423149-69.1998.8.26.0053 antigo 1488/98 da 5ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Com base nos estudos efetuados, foi constituída provisão de 50% no valor do crédito precatório junto à Prefeitura de São Paulo para redução ao seu valor de recuperação nota 2.3e) e 6. **f) Imobilizado** - Registrado ao custo de aquisição, acrescido de reavaliação efetuada em 1993. A Fundação efetuou nova reavaliação dos bens em 30 de junho de 2004. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 7, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens reavaliados. Devido às mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a reavaliação de ativos deixou de ser permitida, mas facultou a manutenção dos saldos restantes, a serem depreciados conforme as vidas úteis dos bens reavaliados. Conforme o CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Fundação revisou a vida útil dos itens do ativo imobilizado e concluiu pela não necessidade de se alterar os valores de custo residual de seus ativos, da mesma forma que entende que as vidas úteis atribuídas aos seus ativos, com base em estudo desenvolvido internamente por profissionais experientes, estão adequadas, não havendo modificações em relação às utilizadas em exercícios anteriores. O procedimento de revisão de vidas úteis é efetuado anualmente. A Fundação, em atendimento ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetuou teste de recuperação para os bens do ativo imobilizado e itens do intangível. **g) Ativos e passivos financeiros** - Os valores recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis, incluindo anuidades a receber, caixa e equivalentes de caixa e outros, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os passivos financeiros, incluindo parcelamentos de contribuições sociais a recolher, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. **h) Anuidades recebidas antecipadamente -** Representam valores recebidos relativos a matrículas e mensalidades referentes ao exercício seguinte e que são reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência. **i) Provisão para riscos e processos judiciais -** Constituída com base na avaliação de risco de perda sobre as ações em processos e eventos subsequentes, embasadas em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Fundação e outras evidências consideradas pela Administração. **j) Apuração do resultado e reconhecimento de receitas** - O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso e com a unidade de ensino. No semestre, são faturadas seis mensalidades, estando incluída a matrícula; e a respectiva receita é reconhecida quando do efetivo serviço prestado. Os recebimentos antecipados de matrículas e mensalidades são registrados como adiantamento de clientes e reconhecidos quando da prestação do serviço. As deduções da receita bruta são compostas por abatimentos referentes ao PROUNI, bolsa convenção trabalhista, descontos concedidos incondicionalmente e mensalidades devolvidas e/ou canceladas. **k) Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014** - A Medida Provisória nº 627, publicada em 11 de novembro de 2013, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) traz outras providências, dentre elas: (a) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (b) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (c) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (d) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; (e) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. No dia 13 de maio de 2014, foi promulgada a Lei nº 12.973, convertendo a Medida Provisória nº 627 em Lei, que passou a vigorar a partir do dia 01 de janeiro de 2015.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	4	2
Bancos	679	599
Aplicações financeiras:		
Santander – DI Instituições (b)	8.208	6.084
Santander - CDB DI (a)	139	145
Total	9.030	6.830

(a) Refere-se ao rendimento das aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário - CDB da carta de fiança locatícia com o Banco Santander (Brasil) S.A., com remuneração de 97,5 % do CDI. A aplicação financeira apresenta liquidez com prazo inferior a 90 dias e insignificante risco de mudança de valor. (b) São aplicações em fundos de investimento na forma de condomínio aberto, cujo objetivo é aplicar em cotas de fundos referenciados DI com remuneração de 100% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	31/12/2015	31/12/2014
Santander - CDB DI	1.487	1.435

O saldo está vinculado às cartas de fiança locatícia com o Banco Santander, referente ao contrato de locação da Unidade Pinheiros.

5. ANUIDADES A RECEBER – LÍQUIDAS

	31/12/2015	31/12/2014
Anuidades a receber	5.788	4.727
Cheques recebidos – mensalidades	171	113
Anuidades a receber relacionadas ao Programa de Financiamento Estudantil – FIES	1.170	389
Cartões de crédito a receber	378	393
	7.507	5.622
Provisão para anuidades de recebimento duvidoso	(2.260)	(1.814)
Total	5.247	3.808
Circulante	4.388	3.020
Não circulante	859	788

A seguir estão apresentados os vencimentos dos saldos de anuidades a receber em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	31/12/2015	31/12/2014
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	1.397	583
De 31 a 60 dias	533	488
De 61 a 90 dias	496	445
De 91 a 120 dias	461	402
Acima de 120 dias	2.103	1.420
A vencer em:		
2015	-	1.405
2016	1.558	309
2017	382	307
2018	325	244
2019	212	19
2020	40	-
	7.507	5.622

A movimentação da provisão para anuidades de recebimento duvidoso nos exercícios foi a seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
Saldos iniciais	(1.814)	(1.682)
Baixa da provisão para anuidades de recebimento duvidoso - período de 2013 em 2014 e período de 2014 em 2015 para incobráveis (*)	1.464	1.381
Baixa da provisão para cheques a receber no exercício para incobráveis	4	15
Provisão para anuidades a receber constituída no exercício	(1.914)	(1.528)
Saldos finais	(2.260)	(1.814)

(*) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Administração da Fundação baixou contra a provisão para anuidades de recebimento duvidoso os títulos em aberto que foram considerados incobráveis, relacionados ao período de 2014 e 2013.

6. PRECATÓRIO A RECEBER

	31/12/2015	31/12/2014
Valor do crédito	2.430	2.350
Provisão para valor de realização 50%	(1.215)	(1.175)
Valor líquido de realização	1.215	1.175

Em 25 de setembro de 1998 a Fundação ingressou contra a Prefeitura Municipal da Cidade de São Paulo um processo de Repetição de Indébito sob nº 0423149-69.1998.8.26.0053 antigo 1488/98 da 5º VFP, referente à Restituição das Taxas de Limpeza e Conservação cobradas indevidamente. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo expediu a Certidão e Extinção de Precatórios, certificando que o Ofício Requisitório nº 188/2011 de 28/11/2011, originário do Setor de Execuções Contra a Fazenda Pública-SP, no valor de R$ 2.003, atualizado pelo índice da caderneta de poupança, em 31 de dezembro de 2015, em R$ 2.430, que está refletido nas demonstrações financeiras da Fundação e para o qual foi constituída provisão para redução ao valor de mercado, no montante de R$ 1.215.

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxa anual de depreciação - %	31/12/2015 Custo de aquisição reavaliado	31/12/2015 Depreciação acumulada	31/12/2015 Líquido	31/12/2014 Líquido
Imobilizado:					
Terrenos	-	9.051	-	9.051	9.051
Edifícios	2	32.709	(7.376)	25.333	26.084
Equipamentos de segurança	5	302	(179)	123	135
Móveis e utensílios	6,66	2.172	(1.646)	526	617
Computadores	20	2.918	(2.416)	502	302
Central de ar-condicionado	6,66	1.428	(886)	542	504
Elevadores	2	430	(99)	331	289
Equipamentos fotográficos	10	149	(138)	11	8
Equipamentos de rádio e TV	6,66	67	(63)	4	8
Equipamentos de audiovisual	6,66	1.277	(574)	703	733
Máquinas e equipamentos	5	423	(231)	192	221
Móveis escolares	20	1.224	(865)	359	188
Biblioteca	10	1.757	(1.479)	278	316
Benfeitoria em propriedades de terceiros	10	1.395	(648)	747	846
Outros		436	(143)	293	236
		55.738	(16.743)	38.995	39.538
Obras em andamento (*)		28	-	28	28
Adiantamento de Fornecedores do Imobilizado		248	-	248	103
Total		56.014	(16.743)	39.271	39.669

(*) Referem-se, substancialmente, à construção de um novo prédio para a ampliação das vagas de ensino da Fundação.

	Taxa anual de amortização - %	31/12/2015 Custo de aquisição reavaliado	31/12/2015 Amortização acumulada	31/12/2015 Líquido	31/12/2014 Líquido
Intangível - Software e utilitários	20	1.087	(993)	95	78

Em 1º de julho de 2004, a Administração aprovou a reavaliação dos bens do imobilizado. O laudo de avaliação aprovado foi emitido por avaliadores independentes na data-base 30 de junho de 2004. Conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil a Fundação optou em manter os valores reavaliados e não fez novas reavaliações. Em 2015, a Fundação revisou o valor dos seus ativos, bem como as vidas úteis utilizadas para depreciação e amortização dos bens tangíveis e intangíveis, e concluiu pela não necessidade de se efetuar modificações nos valores e pela não alteração das estimativas de vidas úteis para os exercícios de 2015 e de 2014, tendo em vista a conclusão da adequação das vidas úteis já utilizadas anteriormente. O saldo residual dos ajustes de reavaliação é o seguinte:

	Saldo residual 31/12/2015	Saldo residual 31/12/2014
Terrenos	1.988	1.988
Edifícios	187	193
Móveis e utensílios	5	31
Instalações e equipamentos	77	110
Total da reserva de reavaliação remanescente	2.257	2.322

DEMONSTRAÇÕES DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2015	31/12/2014
Receita Bruta da Atividade de Ensino			
Anuidades:			
Colégio – FECAP		10.098	9.407
Centro Universitário FECAP – graduação		41.342	37.586
Centro Universitário FECAP – pós-graduação		14.977	13.350
Centro Universitário FECAP – mestrado		3.213	2.960
Outras receitas de ensino		318	200
Total da receita bruta		69.948	63.503
Deduções			
Bolsas de estudos e devoluções de mensalidades		(10.704)	(7.935)
Total das deduções		(10.704)	(7.935)
Receita Líquida da Atividade de Ensino		59.244	55.568
Custos da Atividade de Ensino			
Colégio – FECAP		(6.832)	(6.251)
Centro Universitário FECAP – graduação		(22.073)	(21.198)
Centro Universitário FECAP – pós-graduação		(8.739)	(8.394)
Centro Universitário FECAP – mestrado		(4.315)	(3.779)
Outros custos de ensino		(250)	(156)
Total dos custos	13	(42.209)	(39.778)
Superávit Bruto		17.035	15.790
(Despesas) Receitas Operacionais			
Gerais e administrativas	13	(11.586)	(9.834)
Propaganda e publicidade		(1.092)	(982)
Depreciações e amortizações	7	(1.675)	(1.699)
Constituição de provisão para riscos e processos judiciais	10	(327)	(85)
Outras receitas, líquidas	13	441	1.496
Total de (despesas) receitas operacionais		(14.239)	(11.104)
Superávit antes do Resultado Financeiro		2.796	4.686
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	14	1.739	967
Despesas financeiras	14	(673)	(1.206)
Resultado financeiro		1.066	(239)
Superávit do Exercício		3.862	4.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Expressos em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Superávit do exercício	3.862	4.447
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	3.862	4.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Déficit acumulado	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		45.771	2.398	(10.864)	37.305
Superávit do exercício		-	-	4.447	4.447
Realização da reserva de reavaliação	11.b)	-	(76)	76	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		45.771	2.322	(6.341)	41.752
Superávit do exercício		-	-	3.862	3.862
Realização da reserva de reavaliação	11.b)	-	(65)	65	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		45.771	2.257	(2.414)	45.614

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Superávit do exercício		3.862	4.447
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com o Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	7	1.675	1.700
Provisão para anuidade de recebimento duvidoso, líquida da parcela realizada	5	1.914	1.528
Custo residual do imobilizado baixado	7	155	5
Contribuições sociais (encargos financeiros)	9	430	451
Constituição de provisão para riscos e processos judiciais	10	327	85
Atualização monetária de depósito Judicial		(2)	(2)
(Aumento) redução nos ativos:			
Anuidades a receber	5	(3.353)	(1.965)
Outros créditos e valores		(26)	(73)
Despesas antecipadas		(132)	(20)
Depósitos judiciais	10	(246)	16
Precatório a receber	6	(40)	(1.175)
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores		458	(193)
Impostos, encargos e contribuições a recolher	8	112	109
Pagamentos de contribuições sociais		(1.196)	(1.092)
Anuidades e contratos recebidos antecipadamente		(280)	579
Pagamento de férias e encargos sociais		103	142
Pagamento de riscos e processos judiciais	10	(120)	(182)
Outras contas a pagar		60	(103)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		3.701	4.257
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de bens do ativo imobilizado e de intangível	7	(1.448)	(711)
Aplicações financeiras vinculadas	4	(53)	(75)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(1.501)	(786)
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		2.200	3.471
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Saldo no final do exercício		9.030	6.830
Saldo no início do exercício		6.830	3.359
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		2.200	3.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2015	31/12/2014
Receitas			
Anuidades e outras receitas de ensino		59.244	55.568
Provisão para anuidades de recebimento duvidoso	5	346	287
Outras receitas		441	1.501
		60.031	57.356
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custos dos serviços prestados		(6.570)	(5.420)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(7.445)	(6.549)
Baixas de ativos		(155)	(5)
		(14.170)	(11.974)
Valor Adicionado Bruto		**45.861**	**45.382**
Retenções			
Depreciação e amortizações	7	(1.675)	(1.700)
Valor Adicionado Líquido Produzido		44.186	43.682
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Receitas financeiras		1.740	967
Valor Adicionado Total a Distribuir		45.926	44.649
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal e encargos		39.756	37.178
Impostos, taxas e contribuições		80	302
Encargos financeiros e aluguéis		2.228	2.722
Superávit do exercício		3.862	4.447
Valor Adicionado Distribuído		45.926	44.649

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A movimentação do imobilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 foi a seguinte:

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Terrenos	9.051	-	-	-	9.051	-	-	9.051
Edifícios	32.709	-	-	-	32.709	-	-	32.709
Equipamentos de segurança	293	3	-	-	296	6	-	302
Móveis e utensílios	2.135	18	(6)	-	2.146	42	(17)	2.171
Computadores	2.521	18	-	-	2.539	380	(1)	2.918
Central de ar-condicionado	1.273	12	(4)	-	1.281	147	-	1.428
Elevadores	391	-	-	-	391	79	(40)	430
Equipamentos fotográficos	145	-	-	-	145	4	-	149
Equipamentos de rádio e TV	68	-	-	-	68	-	-	68
Equipamentos de audiovisual	1.277	114	(1)	-	1.390	171	(284)	1.277
Máquinas e equipamentos	439	23	(1)	-	461	6	(44)	423
Móveis escolares	843	109	-	-	952	272	-	1.224
Biblioteca	1.700	29	-	-	1.729	28	-	1.757
Benfeitoria em propriedades de terceiros	1.318	27	-		1.345	50	-	1.395
Outros	186	170	-	-	356	80	-	436
Obras em andamento	27	-	-	-	27	-	-	27
Adiantamento fornecedores de imobilizado	-	103	-	-	103	369	(224)	248
Total do custo	54.376	626	(12)	-	54.990	1.634	(610)	56.014
Depreciação acumulada	(13.651)	(1677)	7	-	(15.321)	(1.653)	231	(16.743)
Total líquido	40.725	(1.051)	(5)	-	39.669	(19)	(379)	39.271

A movimentação do intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi a seguinte:

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Saldo em 31/12/2014	Adições	Saldo em 31/12/2015
Software e utilitários	963	86	1.049	39	1.088
Amortização acumulada	(948)	(23)	(971)	(22)	(993)
Total líquido	15	(63)	78	17	95

8. IMPOSTOS, ENCARGOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2015	31/12/2014
INSS a recolher	699	652
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS a recolher	233	218
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recolher	467	433
Outros	65	48
Total	1.464	1.351

9. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	31/12/2015	31/12/2014
Parcelamento de INSS (a)	1.956	2.656
Parcelamento de COFINS (b)	2.401	2.466
	4.357	5.122
Circulante	1.250	1.136
Não circulante	3.107	3.986

a) Parcelamento de INSS - Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Fundação decidiu parcelar em 60 meses o valor correspondente ao INSS – Salário Educação e Incra do período de julho de 2007 a maio de 2012 no montante total de R$ 3.745, objeto do processo INSS - Salário Educação 2005.61.00.028389-6 e processo INSS – INCRA 2005.61.00.004522-5, cuja decisão judicial em ambos os processos foram desfavoráveis à Fundação. Os referidos débitos foram confessados em GFIP, gerando o parcelamento DCG 40.327.272-6 em 11/01/2013.

O cálculo atualizado dos valores referentes ao parcelamento de débitos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Valor da dívida calculado pela Fundação	1.956	2.656
Circulante	978	885
Não circulante	978	1.771
Total	1.956	2.656
Essa dívida foi contabilizada nas seguintes rubricas da demonstração do superávit (déficit):		
Despesas financeiras	234	271
Total	234	271

b) Parcelamento de COFINS - Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Fundação decidiu aderir ao parcelamento de débitos perante a Receita Federal do Brasil e a Procuradoria da Fazenda Nacional, previsto na Lei nº 11.941/09, no montante de R$3.052, referente à desistência de um processo judicial relativo à falta de recolhimento da COFINS para o período de dezembro de 1996 a janeiro de 1999, cuja estimativa de risco de perda pelos advogados externos era considerada possível. Os referidos débitos, após a redução aplicada conforme a Lei nº 11.941/09, de 60% da multa e de 25% dos juros, resultou no saldo de R$2.281, a ser liquidado de forma parcelada em 180 meses. A adesão ao parcelamento foi protocolada em 27 de novembro de 2009.

O cálculo atualizado dos valores referentes ao parcelamento de débitos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Valor da dívida calculado pela Fundação	2.401	2.466
Circulante	272	251
Não circulante	2.129	2.215
Total	2.401	2.466
Os efeitos no resultado referente a esta dívida são os seguintes:		
Despesas financeiras	196	180
Total	196	180

10. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITO JUDICIAL

A Fundação está sujeita, no curso de suas atividades, a questionamentos de natureza legal envolvendo aspectos trabalhistas, fiscais e cíveis. A Administração avalia periodicamente os riscos associados aos questionamentos em curso e de seu conhecimento e, com base na opinião de seus advogados externos, no histórico de ações da mesma natureza e em outras evidências relevantes aos processos, constituiu provisões para os questionamentos cujo desfecho com probabilidade de desembolso futuro é considerada provável. Com a relação às causas trabalhistas, a Fundação possui advogados externos especializados e, com base em sua opinião, constituiu provisão para os processos com probabilidade de desembolso futuro provável.

A movimentação das provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é a seguinte:

	31/12/2013	Adições	Atualização	Pagamento	Reversão	Transf P.C	31/12/2014	Adições	Atualização	Pagamento	Reversão	31/12/2015
Fiscais	327	-	24	-	-	-	351	-	39	-	-	390
Cíveis	60	-	-	(55)	(5)	-	-	226	-	-	-	226
Trabalhistas	231	188	-	(1)	(38)	-	380	44	-	-	-	424
Honorários advocatícios	600	215	-	(126)	(276)	-	413	64	(3)	(117)	(7)	350
Subtotal	1.218	403	24	(182)	(319)	-	1.144	334	36	(117)	(7)	1.390
(-) Depósitos judiciais (*)	(349)	-	(25)	16	-	-	(358)	-	(41)	(246)	-	(646)
Total	869	403	(1)	(166)	(319)	-	786	334	(5)	(363)	(7)	744

(*) Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os depósitos judiciais referem-se a processos fiscais, Cíveis e trabalhistas.

(continua)

(continuação)

10.1. Imunidade tributária - A Fundação, por se tratar de uma instituição de ensino sem fins lucrativos, goza de imunidade tributária, de acordo com o disposto no inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal. **10.2. Outras informações -** Na(s) data(s) de encerramento do(s) exercício(s), os assuntos mais relevantes são os seguintes: **a) Imposto de Renda Retido na Fonte -** Visando à manutenção de sua imunidade tributária, a Fundação obteve sentença de segunda instância favorável a não incidência do IRRF sobre as aplicações financeiras, contra a qual a Fazenda Nacional opôs recurso para o Supremo Tribunal Federal - STF. De acordo com os consultores jurídicos da Fundação, a probabilidade de perda nesse processo é remota e, consequentemente, a Administração não constituiu provisão relativa a esse assunto. **b) Imposto Sobre Serviços - ISS e Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU** - A Fundação obteve da Prefeitura do Município de São Paulo, o Reconhecimento da Imunidade Tributária de IPTU para os exercícios até 2015 e imunidade de ISS até 2009, conforme despacho publicado em 1º de junho de 2011, além de ter regularizado a situação das Execuções Fiscais pertinentes ao IPTU indevidamente movidas pela PMSP. A Prefeitura do Município de São Paulo, por meio do Processo nº 2014-0.047.351-5, concedeu, em 18 de agosto de 2014, o Título de Utilidade Pública Municipal com validade até 17 de agosto de 2017.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Fundação é composto por: **a) Patrimônio social -** Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, corresponde ao valor de R$ 45.771. **b) Reserva de reavaliação** - O saldo refere-se à reavaliação do imobilizado efetuada em 2004 conforme mencionado em detalhes na nota explicativa 7. A Fundação realiza o saldo da reserva de reavaliação com base na depreciação e baixa dos respectivos ativos reavaliados.

12. SEGUROS CONTRATADOS

As coberturas de seguro da Fundação foram determinadas com base em estudos técnicos e apresentam a seguinte posição:

	2015		
	Local 1 (a)	Local 2 (b)	Local 3 (c)
Incêndio, queda de raio e explosão	76.802	13.972	14.408
Tumultos	1.867	1.867	1.867
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e impacto de veículos terrestres e aéreos	1.711	1.711	1.711
Responsabilidade civil (estabelecimento de ensino - alunos e empregados)	8.000	8.000	8.000
Responsabilidade civil (eventos no estabelecimento)	1.600	1.600	1.600
Equipamentos eletrônicos	376	376	376
Equipamentos estacionários	376	376	376
Roubo e furto qualificados de bens nas dependências do assegurado	750	700	700
Recomposição de registros e documentos	90	90	90
Danos elétricos	627	585	585
Lucros cessantes	7.780	7.780	7.780
Instalação em novo local em decorrência de incêndio	1.178	1.178	1.178

(a) Local 1 - prédio localizado na Avenida Liberdade, 532 - blocos A, B, C, D e E. (b) Local 2 - prédio localizado no Largo de São Francisco, 19. (c) Local 3 - prédio localizado na Rua Artur de Azevedo, 1.633. A apólice de seguro contratada possui vigência para o período de 23 de março de 2015 a 23 de março de 2016.

13. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Fundação optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido, a seguir, o detalhamento dos custos e das despesas por natureza:

	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com:		
Pessoal administrativo e docente (inclui os encargos sociais)	(39.774)	(37.178)
Serviços prestados por terceiros	(3.722)	(2.976)
Manutenção e conservação	(1.205)	(1.239)
Serviços e materiais de informática	(649)	(544)
Utilidades e serviços (água, esgoto, energia elétrica, telefone e correios)	(1.869)	(1.323)
Periódicos e didáticos (assinatura de livros, jornais e mídias eletrônicas)	(69)	(55)
Aluguéis	(1.555)	(1.517)
Brindes	(188)	(210)
Condução, fretes e carretos	(67)	(47)
Conferências e congressos	(40)	(10)
Contribuições a entidades de classe	(177)	(163)
Contribuições e doações	(169)	(169)
Eventos e festividades	(256)	(156)
Cópias, reproduções e gráfica externa	(105)	(6)
Estacionamento	(65)	(58)
Locação de equipamentos de impressão	(201)	(197)
Material de escritório	(175)	(164)
Revistas técnicas	(48)	(64)
Treinamento de pessoal	(18)	(13)
Viagens e estadas	(1)	(6)
Provisão para anuidades de recebimento duvidoso	(1.914)	(1.528)
Outros gastos acadêmicos gerais e administrativos	(46)	(161)
Impostos e taxas	(80)	(302)
Multas	(0)	(7)
Honorários advocatícios, consultoria e auditoria	(687)	(930)
Segurança e vigilância	(707)	(589)
Baixa de bens do ativo imobilizado	(155)	(5)
Serviços voluntários	(8)	(7)
Aluguéis recebidos e outros	441	333
Precatório PMSP	-	1.175
	(53.509)	(48.116)
Classificadas como:		
Custos - das atividades de ensino - FECAP	(42.209)	(39.778)
Gerais e administrativas	(11.586)	(9.834)
Outras receitas, líquidas	286	1.496
	(53.509)	(48.116)

14. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas:		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.447	853
Outras receitas	293	114
	1.740	967
Despesas:		
Encargos sobre parcelamentos de contribuições sociais (nota 9)	(431)	(451)
Encargos sobre pagamento de Cofins Jan a Nov/1996 (nota 10.2.b)	(0)	(534)
Despesas bancárias	(203)	(197)
Outras despesas	(39)	(24)
	(673)	(1.206)

15. COMPROMISSOS

A Fundação possui um contrato referente à locação do Campus Pinheiros. O compromisso futuro para pagamento desse espaço a partir de 31 de dezembro de 2015 corresponde a R$ 7.436, sujeitos à atualização pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M. O vencimento do contrato é 31 de dezembro de 2020. As despesas incorridas em 2015 com esse contrato foram de R$ 1.487 (R$ 1.435 em 2014).

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição dos instrumentos financeiros

	Valores contábeis	
	31/12/2015	31/12/2014
Ativos (passivos) financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	9.030	6.830
Bancos e aplicações financeiras vinculadas	1.487	1.435
Anuidades a receber	5.248	3.808
Fornecedores	(893)	(435)
Parcelamento de contribuições sociais	(4.357)	(5.122)

A Administração da Fundação é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores de custos acrescidos de juros, quando aplicável, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. **b) Políticas contábeis significativas** - Os detalhes das principais políticas contábeis e métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido, estão descritas na nota explicativa nº 2. **c) Risco de crédito -** O nível de anuidades a receber da Fundação é monitorado por meio de controles internos e, para aqueles em que não há expectativa de realização, é constituída a provisão para anuidades de recebimento duvidoso, o que limita o risco de contas inadimplentes. A matrícula para o próximo período letivo é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a Fundação. A Fundação mantém conta-correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos. **d) Gestão de risco de mercado** - Os resultados das operações da Fundação dependem da sua capacidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre as receitas de mensalidades e os custos fixos e variáveis. Para a captação de alunos, a Fundação realiza ações comerciais totalmente embasadas no conceito de marketing de relacionamento, sendo ações de comunicação cujas metas quantitativas ganham sentido apenas quando acompanhadas de atributos qualitativos. As condições adversas do mercado, que podem impactar de forma negativa o resultado das operações da Fundação, estão diretamente relacionadas com a estagnação no número de ingressantes no curso de graduação a cada semestre e na concorrência que cresce anualmente. **e) Derivativos** - Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Fundação não possui operações com instrumentos financeiros derivativos. **f) Gestão do risco de liquidez** - A Fundação gerencia o risco de liquidez mantendo reservas e através de acompanhamento contínuo das previsões e do fluxo de caixa real e da combinação dos prazos de vencimento dos ativos e passivos financeiros

17. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A Fundação não remunera seus administradores e membros do Conselho.

18. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação em reunião do Conselho de Curadores e autorizadas em 29 de março de 2016.

EDISON SIMONI DA SILVA
Superintendente Geral - CPF 257.970.668-23

TAIGUARA DE FREITAS LANGRAFE
Superintendente Adjunto - CPF 276.518.258-29

VALDIR ALEXANDRE DE OLIVEIRA
T.C. – CRC-SP 168.615/O-0 - CPF 021.604.438-32

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, reunidos na sede da FECAP, no dia 8 de março de 2016, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Balanço Patrimonial, totalizando MR$57.697; as Demonstrações do Superávit, no montante de MR$3.862; as Demonstrações do Resultado Abrangente, no montante de MR$3.862; as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, no montante de MR$45.614; as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, totalizando MR$2.200; as Demonstrações do Valor Adicionado, totalizando MR$45.926; as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 2015; e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras de 2015.

Baseados nesses exames, bem como na opinião sem ressalva da LCC Auditores Independentes, cujo relatório foi emitido em 18 de fevereiro de 2016, os Conselheiros opinaram favoravelmente a respeito dos supracitados documentos, informando, ainda, que os mesmos se encontram em condições de serem votados e aprovados pelo Conselho de Curadores. Nada mais havendo a tratar, lavraram a presente ata, que lida e aprovada é assinada por todos.

São Paulo, 8 de março de 2016.

Dr. Sérgio Prado de Mello

Dr. Wagner Mar

Dr. Walter Arnaldo Andreoli

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Curadores e aos Administradores da
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP - São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do superávit, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras - A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sem ressalva - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase - Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1 em 2012, a Controladoria da FECAP entregou aos Membros da Comissão de Tomada de Contas da Instituição, relatório informando possíveis irregularidades na Administração Superior da Entidade, o qual foi encaminhado ao Conselho Curador da Instituição e ao Dr. Curador de Fundações do Ministério Público do Estado de São Paulo, a partir de então, foi instaurado o Inquérito Civil Público nº 03/2012. O Inquérito Civil foi concluído e encaminhado ao Doutor Juiz de Direito da MM. Vara Cível do Foro Central da Capital, em 29 de agosto de 2014. No exercício de 2015 não houve nenhuma alteração neste processo.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado - Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Fundação, e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2016.

LCC AUDITORES INDEPENDENTES - CRC nº 2SP029650/O-4

Marcello Lopes dos Santos - CRC nº 1SP188429/O-2